

**SÃO PAULO URBANISMO****Núcleo de Licitações e Compras**

Rua Líbero Badaró, 504, 16º. Andar - Bairro Centro - São Paulo/SP - CEP 01008-906

Telefone: 11-3113-7500

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 031/SP-URB/2024****PROCESSO SEI Nº 7810.2024/0001852-9**

A SÃO PAULO URBANISMO – SP-URBANISMO, inscrita no CNPJ-MF sob o n.º 43.336.288/0001-82, comunica que se encontra aberta a **LICITAÇÃO**, tipo **MENOR PREÇO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob nº 031/SP-URB/2024, vinculado ao Processo Eletrônico SEI nº 7810.2024/0001852-9, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, e em conformidade com a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 56.475/15 de 05/10/2015 (Estatuto ME e EPP) e pelo Regulamento de Licitações e Contratos da SÃO PAULO URBANISMO – [NP 58.04](#) e ainda, observará a Resolução nº 12/2019 e Instrução nº 02/2019, aprovadas pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo, publicada no Diário Oficial da Cidade – DOC de 11/05/2019 e consoante com o Despacho Autorizatório de Abertura de Licitação (doc. SEI nº 115111281), bem como a Resolução de Diretoria DIP nº 19/2024 (doc. SEI nº 114958324), além das demais disposições legais aplicáveis, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

**MODO DE DISPUTA: ABERTO**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O APOIO AO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA (EVTE) DAS INTERVENÇÕES OBRIGATORIAS E ELETIVAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA VILA LEOPOLDINA - VILLA LOBOS (AIU-VL), DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DISCRIMINADOS NESTE EDITAL, BEM COMO ANEXOS E PLANILHAS, OS QUAIS FICAM FAZENDO PARTE DESTA LICITAÇÃO, CONFORME ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (doc. SEI 114487614).

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** MENOR PREÇO

**ORÇAMENTO:** SIGILOSO

**DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:** **04/12/2024**, por meio da página eletrônica [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:** **30/12/2024 às 10:30 horas.**

**ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS:** Deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serem encaminhadas por meio eletrônico, após adesão e cadastro de seus representantes no Licitações-e. O Termo de Adesão ao Regulamento e o Termo de Nomeação de Representante podem ser obtidos na página do Licitações-e, na Internet, opção “Solicitação de Credenciamento no Licitações”, ou diretamente nas agências do Banco do Brasil.

A sessão pública de processamento da Licitação Eletrônica será realizada no endereço eletrônico [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Agente de Contratação da **SÃO PAULO URBANISMO** com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe, através de Despacho do Presidente, e indicados no sistema pela autoridade competente.

**ÍNDICE:**

1. PREÂMBULO
2. INFORMAÇÕES INICIAIS
3. OBJETO E REGIME DE CONTRATAÇÃO
4. PRAZO
5. ORÇAMENTO E RECURSOS FINANCEIROS
6. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
7. IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAR DA LICITAÇÃO OU CONTRATAR
8. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL
9. CREDENCIAMENTO
10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
11. DAS PROPOSTAS E DO ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS
12. DO EMPATE DAS PROPOSTAS
13. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS
14. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO
15. DO JULGAMENTO
16. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
17. DO CONSÓRCIO
18. DA ABERTURA E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO
19. DOS RECURSOS
20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
21. DA CONTRATAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL
22. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS
23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
24. FINALIDADE E ANEXOS
25. ANTICORRUPÇÃO
26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**1. PREÂMBULO**

A SÃO PAULO URBANISMO – SPUrbanismo torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação eletrônica, de acordo com as condições fixadas neste Edital e seus Anexos, para a **Contratação de empresa especializada para apoio a elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) das intervenções obrigatórias e eletivas para suporte ao leilão do estoque de Potencial Construtivo Adicional (PCA) da AIU Vila Leopoldina-Villa Lobos, conforme Lei Municipal nº 17.968/2023**, de acordo com especificações e quantitativos discriminados neste edital, bem como anexos e planilhas, os quais ficam fazendo parte desta licitação, conforme ANEXO I - Termo de Referência (doc. SEI 114487614), em vista do que consta dos autos do Processo SEI n.º 7810.2024/0001852-9.

**2. INFORMAÇÕES INICIAIS**

**2.1. Legislação Regedora:** A licitação rege-se pela Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 56.475/15 de 05/10/2015 (Estatuto ME e EPP) e pelo Regulamento de Licitações e Contratos da SÃO PAULO URBANISMO – [NP 58.04](#) e ainda, observará a Resolução nº 12/2019 e Instrução nº 02/2019, aprovadas pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo, publicada no Diário Oficial da Cidade – DOC de 11/05/2019.

**2.2. Critério de Julgamento:** As propostas serão julgadas pelo critério de **MENOR PREÇO**, conforme Item 5.7.1, inciso I, do Regulamento de Licitações e Contratos da SPUrbanismo.

2.2.1. Para efeito de julgamento, havendo divergência entre o valor expresso em algarismos e aquele por extenso, prevalecerá o valor por extenso.

**2.3. Forma de execução da licitação:** ELETRÔNICA

**2.4. Modo de Disputa:** ABERTO

**2.5. Regime de Execução:** EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

**2.6. Prazo de Execução:** 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data da emissão da Ordem de Serviço.

**2.7. Nos termos do artigo 34 da Lei Federal 13.303/2016 e Item 3.2 do Regulamento de Licitações e Contratos - NP 58.04, o valor estimado da contratação será sigiloso.**

**2.8. Comprovação de Patrimônio Líquido:** 10% (dez por cento) do valor da proposta da Licitante, sendo que a comprovação deverá ser efetuada por meio dos dados constantes do último balanço patrimonial, na forma da lei.

**2.9. Disponibilidade do Edital:** O Edital e seus anexos estarão disponíveis, para consulta e para *download* na página eletrônica [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e no site: [https://capital.sp.gov.br/web/sp\\_urbanismo/w/acao\\_a\\_informacao/328777](https://capital.sp.gov.br/web/sp_urbanismo/w/acao_a_informacao/328777), a partir de **04/12/2024**. Orientações sobre este procedimento poderão ser obtidas junto à Gerência de Compras, Licitações e Contratos, através do e-mail [licita@spurbanismo.sp.gov.br](mailto:licita@spurbanismo.sp.gov.br).

**2.10. Abertura das propostas:** às 10h15min do dia **30/12/2024**.

**Observação Importante:** As informações contidas neste preâmbulo não afastam a necessidade da leitura atenta de todo o conteúdo deste Edital, uma vez que elementos fundamentais para a participação nesta licitação encontram-se neste instrumento.

### 3. OBJETO E REGIME DE CONTRATAÇÃO

**3.1.** Constitui objeto da presente licitação a **Contratação de empresa especializada para apoio a elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) das intervenções obrigatórias e eletivas para suporte ao leilão do estoque de Potencial Construtivo Adicional (PCA) da AIU Vila Leopoldina-Villa Lobos, conforme Lei Municipal nº 17.968/2023**, de acordo com especificações e quantitativos discriminados neste edital, bem como anexos e planilhas, os quais ficam fazendo parte desta licitação, conforme ANEXO I - Termo de Referência (doc. SEI 114487614).

**3.2.** Os serviços objeto desta licitação terão Regime de Contratação **empreitada por preço global**.

### 4. PRAZO

**4.1.** O prazo de vigência do contrato é de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data da emissão da Ordem de Serviço.

### 5. ORÇAMENTO E RECURSOS FINANCEIROS

**5.1.** Correrão por conta exclusiva do licitante vencedor todos os tributos, taxas e/ou encargos de quaisquer naturezas devidos aos poderes públicos, federais, estaduais e/ou municipais, comprometendo-se este a saldá-los, por sua conta, nos prazos e na forma prevista na legislação pertinente, bem como despesas com encargos trabalhistas e sociais, mão de obra, transportes de seu pessoal e de materiais, todos os custos direta ou indiretamente relacionados com o objeto da contratação.

**5.2.** A homologação e adjudicação do certame será feita pela São Paulo Urbanismo, sendo os serviços remunerados com recursos próprios da SÃO PAULO URBANISMO, onerando a dotação orçamentária 05.10.15.451.3022.1.241.3.3.90.39.00.09.2.501.9001.1.

### 6. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**6.1.** Será permitida a participação de empresas que atenderem às exigências do Edital, que tenha como objeto social a execução de serviços compatíveis com os descritos neste Edital.

**6.2.** Quando da participação de microempresas e empresas de pequeno porte deverão ser adotados os critérios estabelecidos nos artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123/06, regulamentados pelo Decreto Municipal nº 56.475/15, e deverão observar o quanto disposto neste edital.

**6.3.** Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital e seus anexos, das condições gerais e particulares do objeto da licitação e do(s) local(is) onde serão executados os serviços, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do Contrato.

**6.4.** Admite-se a participação de consórcios formados por, no máximo, duas empresas, para a prestação dos serviços objeto deste contrato, desde que atendam a legislação vigente;

## **7. IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAÇÃO DA LICITAÇÃO OU CONTRATAR**

**7.1.** Não poderá participar direta ou indiretamente desta licitação, ou da execução do contrato, a empresa:

- a) cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da São Paulo Urbanismo;
- b) que esteja cumprindo penalidade de suspensão aplicada pela São Paulo Urbanismo;
- c) declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou por Município, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- d) constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- e) constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- f) cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- g) que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- h) cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- i) de pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto da licitação;
- j) de pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto da licitação;
- k) de pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.

**7.2.** Aplica-se a vedação prevista no subitem 7.1 do edital:

- a) à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
- b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
  - i. dirigente da SP-Urbanismo;
  - ii. empregado da SP-Urbanismo cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;
  - iii. autoridade do ente público a que a SP-Urbanismo esteja vinculada;
  - iv. cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a SP-Urbanismo há menos de 6 (seis) meses.

**7.3.** A participação no procedimento licitatório importa na aceitação do Regulamento Interno e do Código de Conduta da São Paulo Urbanismo.

## **8. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL**

**8.1.** Qualquer cidadão ou interessado poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório da licitação, no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis** antes da data fixada para a ocorrência do certame (Art. 87, §1º, Lei Federal nº 13.303/16).

- 8.2.** Durante a fase de preparação das propostas, as Licitantes interessadas poderão fazer, por escrito, consultas à São Paulo Urbanismo, conforme definido a seguir.
- 8.3.** Os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento licitatório devem ser enviados à Gerência de Compras, Licitações e Contratos da São Paulo Urbanismo, exclusivamente, para o endereço eletrônico: [licita@spurbanismo.sp.gov.br](mailto:licita@spurbanismo.sp.gov.br) no horário: das 08h00 às 18h00.
- 8.4.** As respostas aos esclarecimentos solicitados serão publicados no Diário Oficial da Cidade de São Paulo na forma de “Boletim de Esclarecimentos” e disponibilizadas no site: [https://capital.sp.gov.br/web/sp\\_urbanismo/w/acao\\_a\\_informacao/328777](https://capital.sp.gov.br/web/sp_urbanismo/w/acao_a_informacao/328777), para conhecimento da sociedade em geral e dos licitantes, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.
- 8.5.** Os esclarecimentos eventualmente prestados integrarão o Edital e passarão a fazer parte das regras do instrumento convocatório.
- 8.6.** Eventuais impugnações ao ato convocatório devem ser enviadas à Gerência de Compras, Licitações e Contratos da São Paulo Urbanismo, somente através do endereço eletrônico: [licita@spurbanismo.sp.gov.br](mailto:licita@spurbanismo.sp.gov.br) até às 18h00 do dia 18/12/2024.
- 8.7.** Somente serão consideradas as impugnações assinadas pelo representante legal da Licitante e acompanhadas de cópia autenticada do documento que lhe atribua os poderes para representá-la.
- 8.8.** A Comissão Especial de Licitação, auxiliada pela área técnica responsável e pela Gerência Jurídica, decidirá sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis. (Art. 87, §1º, Lei Federal nº 13.303/16), dando-se ciência aos demais adquirentes do Edital, mediante publicação no Diário Oficial da Cidade São Paulo – DOC e divulgada no site: [https://capital.sp.gov.br/web/sp\\_urbanismo/w/acao\\_a\\_informacao/328777](https://capital.sp.gov.br/web/sp_urbanismo/w/acao_a_informacao/328777).
- 8.9.** Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 8.10.** A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o presente Edital, implicará na plena aceitação, por parte dos interessados, das condições nele estabelecidas.

## 9. CREDENCIAMENTO

- 9.1.** A licitante deverá enviar o formulário de credenciamento por um representante, juntamente com o documento Carta de Apresentação Proposta Comercial - Anexo V do edital, que o credencie a participar deste procedimento licitatório.
- 9.2.** O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, ou por Carta de Credenciamento, conforme modelo constante do Anexo II, com poderes para praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da proponente.
- 9.3.** Os documentos citados no subitem anterior (instrumento público de procuração ou instrumento particular ou Carta de Credenciamento) deverão estar acompanhados de cópia do Ato Constitutivo, ou Contrato Social da empresa ou cópia da ata de eleição dos administradores (no caso de sociedade por ações) que identifiquem os seus responsáveis legais, sócios ou não, onde estejam expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 9.4.** A licitante deverá apresentar, ainda na fase de credenciamento, Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo III ou modelo próprio da licitante, desde que contenha a informação de que tem conhecimento e atende plenamente as exigências de habilitação.
- 9.5.** Em se tratando de Microempreendedor Individual-MEI, Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (ME ou EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e para que estas possam gozar do benefício previsto no artigo 43 a 45 da citada Lei, é necessário, à época do credenciamento, manifestação de cumprir plenamente os requisitos para classificação como tal, por meio da Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme modelo estabelecido no Anexo IV deste Edital ou modelo próprio da licitante desde que contenha as informações solicitadas no citado Anexo IV, a ser apresentada SEPARADA da “proposta de preços” e “documentos de habilitação”.
- 9.6.** A falta da declaração implicará no não enquadramento da licitante no certame como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, salvo se o interessado credenciado presente na sessão produzir este documento no momento do credenciamento.
- 9.7.** A não apresentação ou a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá a licitante de negociar preços, de declarar a intenção de interpor recurso, enfim, de representar a licitante durante a

sessão pública da licitação.

**9.8.** Não será admitida a participação de dois ou mais representantes para a mesma empresa, bem como de um representante para mais de uma empresa.

**9.9.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas no item 21 deste Edital.

## **10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**10.1.** A abertura da sessão pública desta Licitação, conduzida pelo Agente de Contratação, ocorrerá na data e no horário indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do sítio [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br).

**10.2.** A comunicação entre o Agente de Contratação e as LICITANTES ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico;

**10.3.** Cabe à LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão;

## **11. DAS PROPOSTAS E DO ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS**

**11.1.** As LICITANTES deverão registrar o(s) valor(es) da(s) sua(s) proposta(s) até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando, então, se encerrará automaticamente a fase de recebimento de propostas no sistema eletrônico;

**11.1.1.** Após identificar a licitação que deseja participar, a LICITANTE deverá efetuar o registro do valor da proposta no sítio eletrônico [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), no Menu “Opções” - “Oferecer Propostas”, onde já deverão estar considerados e inclusos: lucro, despesas administrativas e operacionais, despesas com supervisão, tributos (impostos, taxas e contribuições), tarifas, além de quaisquer despesas diretas ou indiretas não explicitadas na planilha, mas decorrentes de obrigação contratual das empresas, conforme estabelecido no Edital;

**11.1.2.** Formulados os preços totais, a Licitante deverá concordar com os termos do edital e com a declaração do tipo de empresa que ele representa.

**11.2.** As propostas terão validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública, estabelecida no preâmbulo deste Edital da Licitação;

**11.3.** Até a abertura da sessão, a LICITANTE poderá desistir ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

## **12. DO EMPATE DAS PROPOSTAS**

**12.1.** Caso haja igualdade de propostas entre LICITANTES, o sistema enviará mensagem automática, na sala de disputa, informando a respeito do reconhecimento do empate e orientando as Licitantes quanto ao envio de propostas fechadas de desempate, conforme estabelecido no inciso I, do art. 55, da Lei Federal 13.303/2016;

**12.1.1.** O Agente de Contratação deverá encerrar a disputa empatada, o que conferirá as Licitantes empatados o prazo de até 10 (dez) minutos para enviar suas propostas de desempate;

**12.2.** Após o prazo de 10 minutos, depois do encerramento da disputa do lote, será habilitada a opção “declarar arrematante” ao Agente de Contratação, com a Licitante que deu a melhor proposta, já selecionado, para que o Agente de Contratação apenas o confirme como arrematante;

**12.3.** Caso, mesmo assim, persista o empate, o sistema habilitará a opção “declarar arrematante”, onde o Agente de Contratação selecionará a Licitante, com base nas demais condições estabelecidas nos incisos II, III ou IV, do art. 55, da Lei Federal 13.303/2016, e declarará como arrematante.

## **13. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**13.1.** O Agente de Contratação fará a análise das propostas, de acordo com o objeto licitado, observada a sua descrição, conforme o disposto no Anexo I – Termo de Referência;

**13.1.1.** Quando não houver registro de propostas para uma licitação e for acionada a opção “abertura de propostas”, automaticamente o Licitações-e classificará a licitação como DESERTA.

**13.2.** Será desclassificada a proposta, por decisão motivada do Agente de Contratação:

**13.2.1.** Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

- 13.2.2.** Que apresente preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;
- 13.2.3.** Que apresente preços totais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;
- 13.2.4.** Que sejam omissas ou apresentem irregularidades e/ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- 13.2.5.** Que for apresentada por licitante impedida de participar, nos termos do item 7 deste Edital;
- 13.2.6.** Oferecer propostas alternativas.
- 13.2.7.** Aquela enquadrada em qualquer das hipóteses previstas no artigo 56 da Lei Federal nº 13.303/2016.
- 13.3.** Para o julgamento será adotado o critério de **menor preço**, atendidas as especificações contidas neste Edital e seus Anexos.
- 13.4.** O sistema divulgará uma grade ordenatória, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas;
- 13.5.** O Agente de Contratação irá selecionar a opção “Iniciar disputa”, onde será iniciada a etapa de lances, com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas;
- 13.5.1.** Quando apenas uma proposta for classificada, não haverá etapa de lances, seguindo, automaticamente, para a etapa de negociação;
- 13.6.** A formulação de lances será efetuada, com o valor global, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico;
- 13.7.** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao do último valor apresentado pelo próprio licitante ofertante, observada em ambos os casos, **o valor da redução mínima entre eles, de 0,50% (meio por cento)**, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 2 (dois) ou mais lances do mesmo valor;
- 13.8.** A etapa de lances terá duração inicial de no mínimo 15 (quinze) minutos;
- 13.8.1.** Ao final do período estabelecido no item 14.2.2, o Agente de Contratação poderá acionar o tempo randômico (tempo aleatório entre 01 segundo e 30 minutos) a seu critério, sendo os participantes avisados antecipadamente;
- 13.8.2.** Durante a disputa em tempo randômico o Licitações-e, por meio de um aviso intermitente na tela, informa sobre a possibilidade do encerramento da disputa a qualquer momento.
- 13.8.3.** Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no item 14.2.2, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente.
- 13.9.** No decorrer da etapa de lances, as LICITANTES serão informadas pelo sistema eletrônico:
- a. dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;
- b. do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.
- 13.10.** A etapa de lances será considerada encerrada, em sala virtual de disputa, findos os períodos de duração já indicados;
- 13.11.** Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória, contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante;
- 13.11.1.** Para essa classificação, será considerado o último preço ofertado, por licitante.
- 13.12.** Com base na classificação, será assegurada às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:
- 13.12.1.** A microempresa, empresa de pequeno porte, que preencham as condições estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, será convocada pelo Agente de Contratação, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência;
- 13.12.2.** A convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio, no caso de haver propostas empatadas.
- 13.13.** Não havendo apresentação de novo preço inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas, empresas de



pequeno porte , estabelecidas na Lei Complementar 123/2006, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições já indicadas;

**13.13.1.** Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação, seja microempresa, empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço;

**13.14.** Na sequência, o Agente de Contratação irá negociar com o autor da melhor oferta, com base na classificação, mediante troca de mensagens no campo “contraproposta”, com vistas à redução do preço;

**13.15.** Após a negociação, se houver, o Agente de Contratação examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo, motivadamente, a respeito;

**13.15.1.** A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes à época, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante e de acordo com o preço de referência, devidamente juntado aos autos.

**13.16.** Considerada aceitável a oferta de menor preço, o Agente de Contratação a seu critério, poderá suspender a sessão para análise da documentação, se for o caso.

**13.16.1.** A licitante será mantida como “Arrematante” até o final da análise da documentação.

#### **14. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO**

**14.1.** À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema;

**14.2.** A desconexão do sistema eletrônico com o Agente de Contratação, durante a sessão pública, implicará:

**14.2.1.** Fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Nesse caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;

**14.2.2.** Durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no edital, sem prejuízo dos atos realizados;

**14.3.** A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

#### **15. DO JULGAMENTO**

**15.1.** Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, o Agente de Contratação, a seu critério, **fixará prazo de 30 (trinta) minutos**, prorrogável por igual período à LICITANTE detentora da melhor oferta, para o envio da planilha de proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo Anexo V – Carta para Apresentação de Proposta de Preços, com os valores atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados e negociados, bem como todos os documentos de habilitação, que deverá ser efetuado obrigatoriamente pelo sistema, no sítio eletrônico [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e através do e-mail [licita@spurbanismo.sp.gov.br](mailto:licita@spurbanismo.sp.gov.br);

**15.1.1.** A LICITANTE deverá encaminhar o Anexo mencionado no item 11.1, através da opção “incluir anexo proposta”, no formato compactado, com a extensão: “.zip”, limitado a 500 KB;

**15.1.2.** Se a LICITANTE detentora da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida no item 10.1, sua proposta não será aceita pelo Agente de Contratação.

**15.2.** Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista nesta Licitação, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido;

**15.3.** Planilha Orçamentária, onde constem os quantitativos e seus respectivos preços unitários e preço global do serviço, em algarismos arábicos, apresentado com duas casas decimais, conforme modelo do Anexo X deste Edital.

**15.4.** Demonstrativo da(s) composição(ões) da(s) Taxa(s) de BDI proposta(s), em forma de porcentagem, em algarismos arábicos, apresentado com duas casas decimais, a ser aplicada sobre os custos unitários da planilha orçamentária, conforme modelo do Anexo X deste Edital

**15.5.** O Agente de Contratação poderá solicitar parecer da área requisitante ou de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da SP-URBANISMO, para orientar sua decisão;

**15.6.** Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE deixar de enviar a Proposta de Preços e a Planilha Orçamentária com os valores atualizados ou não atender às exigências habilitatórias, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.



**15.7.** Para efeito de julgamento, esta licitação enquadra-se no tipo “**MENOR PREÇO**”, conforme definido no inciso I, art. 54 da Lei 13.303/2016.

**15.8.** O julgamento das propostas será o de **menor preço** proposto pela Licitante para a execução dos serviços ora licitados, desde que tenham sido observadas as condições estabelecidas neste Edital, e serão classificadas por ordem decrescente de valor.

**15.9.** Para classificação das propostas com participação de microempresa e de empresa de pequeno porte a Comissão Especial de Licitação deverá:

**15.9.1.** Verificar se o menor preço alcançado foi ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte, dando continuidade ao procedimento, em caso positivo, sem aplicação do disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 123/06.

**15.9.2.** Verificar, caso o preço vencedor não seja de microempresa ou empresa de pequeno porte, se há preços ofertados por licitantes assim qualificadas até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço alcançado, caracterizando o empate ficto nos termos do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06.

**15.9.3.** Conceder, no caso de empate ficto, o prazo máximo 03 (três) dias úteis, contados da data de realização da sessão de abertura das propostas, para que a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada, querendo, apresente proposta de preço inferior àquela mais bem classificada.

**15.10.** O intervalo de empate será sempre entre as propostas de microempresa e empresa de pequeno porte e a empresa que ofertou o menor valor, mesmo que entre elas existam preços ofertados por outras empresas.

**15.11** Caso haja empate real nas propostas escritas de microempresa e empresa de pequeno porte e destas em relação à proposta de menor valor, na forma do artigo 44 da Lei Complementar nº 123/06, no intervalo de até 10% (dez por cento) superior, deve a Comissão Especial de Licitação efetuar sorteio para fins de classificação, bem como para o exercício do benefício do empate ficto.

**15.12.** Caso, no prazo concedido para desempate do empate ficto, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada não exerça o benefício de ofertar preço inferior àquele considerado vencedor do certame, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, garantidos os mesmos prazos inicialmente concedidos.

**15.13.** A Comissão Especial de Licitação, alcançado o preço final na nova proposta apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá realizar a análise de sua aceitabilidade, recusando proposta de preço excessivo ou manifestamente inexecutável.

**15.14.** As propostas serão **desclassificadas**, nas seguintes hipóteses:

**15.14.1.** Contenham vícios insanáveis;

**15.14.2.** Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

**15.14.3.** Apresentem preços manifestamente inexequíveis ou permaneçam acima do orçamento estimado para a contratação;

**15.14.4.** Consideradas inexequíveis, hipótese em que as propostas com valores globais são inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a.) Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado; ou

b.) Valor do orçamento estimado.

**15.14.5.** Apresentarem, após a fase de negociação, preço total e/ou unitário acima do orçamento estimado; ou ainda preços unitários e/ou global manifestamente inexequíveis, nos termos do artigo 56, da Lei Federal nº 13.303/2016;

**15.14.6.** Não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela São Paulo Urbanismo;

**15.14.7.** Apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

**15.15.** Não poderá ser considerada qualquer oferta de vantagem ou condição não prevista no edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

**15.16.** Não se admitirá proposta com preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários demercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

**15.17.** A presente vedação não se aplicará quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, a cuja remuneração ele renuncie total ou parcialmente.

**15.18.** Caso sejam constatados erros formais nas propostas apresentadas, fica assegurado à SP-URBANISMO o direito de corrigi-los, procedendo a retificação dos cálculos passíveis de correção, se for o caso.

**15.19.** O valor resultante da correção, haja vista tratar-se de erro meramente formal, não poderá alterar o conteúdo da proposta ou majorar o valor global, e será o considerado para a classificação das propostas.

**15.20.** Os documentos emitidos via Internet ficarão sujeitos à diligência a ser efetuada pela Comissão Especial de Licitação, com o propósito da verificação da autenticidade das informações neles contidas.

**15.21.** Eventuais erros ou irregularidades meramente formais na apresentação da proposta, desde que não comprometa seu conteúdo e seja irrelevante face à isonomia do certame, serão relevados pela SP-URBANISMO, que realizará a correção de ofício.

**15.22.** Os preços unitários apresentados pelos licitantes constituem-se, a qualquer título, na única e completa remuneração pela adequada e perfeita execução dos serviços e, será estendido aos eventuais termos de aditamento.

**15.23.** Os preços unitários ofertados incluem todos os custos diretos e indiretos para perfeita execução dos serviços, inclusive das despesas com materiais e/ou equipamentos, ferramentas, fretes, transportes, carga, descarga, armazenagem, vigilância, logística, manutenção, conservação, instalação, supervisão, gerenciamento, operação, processamento, tratamento, combustíveis, ART, todo o controle tecnológico dos materiais e serviços exigidos pelas normas da ABNT, emissão de laudos, certificação, comissionamento, plotagens e impressões, seguros em geral, garantias, encargos financeiros, riscos, encargos da Legislação Social Trabalhista, Previdenciária, da Infelizmente do Trabalho e responsabilidade civil por qualquer dano causado a terceiros ou dispêndios resultantes de tributos, taxas, emolumentos, multas, regulamentos e normas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços, bem como o seu lucro, conforme especificações constantes do Edital, sem que caiba, em qualquer caso, qualquer tipo de pleito ao contratante com a alegação de que alguma parcela do custo foi omitida.

**15.24.** Todos os tributos, inclusive taxas, contribuições fiscais, encargos previdenciários e trabalhistas e emolumentos devidos em decorrência da execução do objeto da presente licitação serão de exclusiva responsabilidade da licitante, que os recolherá sem direito a reembolso.

**15.25.** As propostas deverão permanecer válidas e em condições de aceitação por um período não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos contados da data de sua entrega, findo este prazo, ficam os participantes liberados dos compromissos assumidos.

**15.26.** Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta, mediante provocação da SP-URBANISMO, o licitante deverá prorrogar o prazo de validade, caso deseje continuar participante do certame.

**15.27.** Caso o licitante não se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias úteis, será declarado desistente do processo licitatório

**15.28.** Nos termos do que lhe faculta o Item 3.5 do Regulamento de Licitações e Contratos da São Paulo Urbanismo, a Comissão Especial de Licitação poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas.

## **16. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

### **16.1. Relativos à Habilitação Jurídica:**

- a) Cédula de identidade do representante legal
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, e suas alterações, devidamente registrados, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio, público ou particular, quando a licitação permitir a participação de empresas em consórcio.

**16.2 – Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

16.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

16.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;

16.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Federal e contribuições sociais, mediante a apresentação da Certidão Conjunta de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, da Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014;

16.2.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e quanto aos tributos relacionados com o objeto desta licitação;

16.2.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede do licitante, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos de Tributos Mobiliários e de Tributos Imobiliários;

a) Tratando-se de licitante com sede fora do Município de São Paulo e que esteja cadastrado como contribuinte neste Município, deverá apresentar, também, a certidão de regularidade relativa à PMSP, referente aos tributos relacionados com o objeto da licitação (ISS);

b) Na hipótese de não estar cadastrado como contribuinte neste Município, o licitante com sede fora do Município de São Paulo deverá apresentar declaração firmada pelo representante legal da empresa, sob as penas da Lei, do não cadastramento e de que nada deve à Fazenda do Município de São Paulo relativamente aos tributos relacionados com a prestação licitada.

16.2.6. Certidão de regularidade para com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, no prazo de sua validade, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

16.2.7. Prova de Regularidade Trabalhista, por meio da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida a partir de consulta ao Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) da Justiça do Trabalho;

16.2.8. Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL

16.2.9. Caso qualquer certidão não tenha o seu prazo de validade consignado nesta, o prazo máximo de sua validade será de 60 (sessenta) dias corridos anteriores à data de apresentação dos documentos de habilitação, a menos que o licitante comprove, mediante apresentação de cópia da Lei ou ato da autoridade local competente, que o documento apresentado se encontra dentro de seu prazo de validade.

16.2.10. Para empresa com enquadramento na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal será exigida, observando os seguintes procedimentos:

a) Deverá apresentar toda documentação exigida no item 13.2 deste Edital, mesmo que a documentação apresente alguma restrição;

b) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá no momento que a proponente for declarada vencedora, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positiva com efeito de certidão negativa;

c) A não regularização da documentação no prazo previsto na alínea “b” deste subitem implicará decadência do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no Regulamento,

**16.3 – Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

16.3.1. Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial e extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não anterior a 60 (sessenta) dias contados da data prevista para a abertura do envelope contendo a documentação.

16.3.1.1. Será aceito, para a comprovação da capacidade econômico-financeira de empresas em recuperação judicial e extrajudicial, certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar deste certame.

16.3.2. Prova de possuir Patrimônio Líquido no valor correspondente à 10% (dez por cento) do valor da proposta da Licitante, por meio de apresentação do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

16.3.2.1. As demonstrações contábeis geradas pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED Contábil, nos termos do Decreto nº 6.022 de 22 de janeiro de 2007, acompanhado do protocolo que comprove o envio do balanço digital à Receita Federal.

16.3.2.2. As páginas dos demonstrativos contábeis entregues ao Sistema Público de Escrituração Digital – SPED Contábil deverão conter o número de controle gerado pelo SPED quando da transmissão à Secretaria da Receita Federal.

16.3.3. As demais empresas que não se enquadrem nas exigências acima deverão encaminhar as demonstrações que estão transcritas no “Livro Diário”, com o Termo de Abertura e Encerramento, registrados na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, assinados pelo Diretor ou responsável pela empresa e pelo Contador, constando nome completo e registro no Conselho de Contabilidade, justificando os motivos pelos quais não estão obrigadas ao SPED e informando a base legal que justifica a desobrigação.

16.3.4. Os procedimentos acima poderão sofrer alterações conforme as exigências da Receita Federal.

16.3.5. As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura, devidamente registrado.

16.3.6. Toda documentação relativa às demonstrações contábeis deverá ser apresentada em cópias legíveis.

16.3.7. Para avaliar a situação financeira das **LICITANTES** será utilizado o **Índice de Liquidez Geral (ILG)**, o qual demonstra quanto a empresa possui de capital disponível a curto e longo prazo, para fazer face às suas obrigações totais, calculado pela fórmula a seguir indicada:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Onde:

ILG = Índice de Liquidez Geral

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável à Longo Prazo

ELP = Exigível à Longo Prazo

16.3.7.1) Para fins de habilitação, as **LICITANTES** deverão obter, a partir da fórmula acima, o seguinte resultado:

$$ILG \geq 1,0$$

16.3.7.2) O índice será calculado considerando uma casa decimal, efetuando-se o arredondamento por critério matemático. Exemplo: 0,950 será arredondado para 1,0; 0,949 será arredondamento para 0,9.

#### 16.4 – Relativos à Qualificação Técnica:

16.4.1. A empresa deverá comprovar, por Atestado Técnico emitido por respectivo órgão de classe (CREA/CAU), a execução de intervenções com os seguintes escopos, conforme item 6 do Termo de Referência.

- Atestado de Certidão de Diretrizes;
- Atestado de Polo Gerador de Tráfego;
- Atestado de realização de serviços de Termo de Compromisso Ambiental (TCA);
- Comprovação de atividades de similaridade do escopo apresentado.

#### 16.5 Documentos de caráter geral:

16.5.1. A licitante deverá apresentar declaração, sob as penas da lei, que cumpre o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme modelo do Anexo VII deste Edital.

16.5.2. Declaração do licitante, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas discriminadas, conforme modelo do Anexo VI.

## 17. DO CONSÓRCIO

17.1. No caso de participação de empresas reunidas em consórcio, deverão ser obedecidas as seguintes condições:

- I. Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- II. Indicação da pessoa jurídica responsável pelo consórcio, que deverá atender às condições de liderança fixadas no instrumento convocatório;
- III. Apresentação dos documentos exigidos no instrumento convocatório quanto a cada consorciada, admitindo-se para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado;
- IV. Comprovação de qualificação econômico-financeira, mediante:
  - a) Apresentação do somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, podendo a SP-Urbanismo estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individual; e
  - b) Demonstração, por cada consorciado, do atendimento aos requisitos contábeis definidos no instrumento convocatório.
- V. Impedimento de participação de consorciado, na mesma licitação, em mais de um consórcio ou isoladamente;
- VI. O instrumento convocatório conterá exigência de que conste cláusula de responsabilidade solidária:
  - a) No compromisso de constituição de consórcio a ser firmado pelos licitantes;
  - b) No contrato a ser celebrado pelo consórcio vencedor.
  - c) No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira;
  - d) O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro.
- VII. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela SP-Urbanismo;
- VIII. O acréscimo previsto na alínea "a" do Inciso IV do item 17 não será aplicável aos consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

## 18. DA ABERTURA E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO.

18.1. A Comissão promoverá a verificação dos documentos de habilitação do licitante, e examinará os mesmos, cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, deliberando acerca da habilitação.

18.2. A Comissão dará ciência do julgamento de habilitação, na própria sessão e por publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

18.3. Os erros materiais irrelevantes serão objeto de saneamento, mediante ato motivado da Comissão Especial de Licitação.

18.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, a Comissão Especial de Licitação verificará eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:

- a) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- b) Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>
- c) Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico [https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes\\_ui/asp/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx](https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/asp/ConsultaAdministrativaFornecedor.aspx)
- d) Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos\\_e\\_servicos/empresas\\_punidas/index.php?p=9255](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255)

e) IPTU (específico para o Município de São Paulo)  
[https://duc.prefeitura.sp.gov.br/certidoes/forms\\_anonimo/frmConsultaEmissaoCertificado.aspx](https://duc.prefeitura.sp.gov.br/certidoes/forms_anonimo/frmConsultaEmissaoCertificado.aspx)

Obs.: Quando o licitante não possuir imóvel cadastrado em seu nome, deverá ser apresentada a Certidão de Rol Nominal expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda com base na Portaria SF nº 04 de 05 de Janeiro de 2012.

f) ISS (específico para o Município de São Paulo)  
[http://www3.prefeitura.sp.gov.br/DividaAtivaConsDebSimp/Forms/frm001\\_Entrada.aspx](http://www3.prefeitura.sp.gov.br/DividaAtivaConsDebSimp/Forms/frm001_Entrada.aspx)

g) Apenadas TCESP <https://www4.tce.sp.gov.br/publicacoes/apenados/apenados.shtm>

h) SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores)  
<https://www3.comprasnet.gov.br/sicafweb/public/pages/consultas/consultarCRC.jsf>

i) CADICON (Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos) – Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União [https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:::NO:3,4,6::&cs=3Q\\_cU4qKkb3moRmb UTUYtIMdfJP8](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:::NO:3,4,6::&cs=3Q_cU4qKkb3moRmb UTUYtIMdfJP8)

**18.5.** Serão consideradas habilitadas, as licitantes que apresentarem, com exatidão, todos os documentos solicitados no item “Documentos de Habilitação” deste Edital.

## 19. DOS RECURSOS

**19.1.** Finalizada a fase de habilitação e declarado o vencedor, o Licitações-e abre a opção “acolhimento de recurso”, informando, automaticamente, que a partir daquele momento, qualquer licitante poderá interpor recurso.

**19.1.1.** O Agente de Contratação concederá o **prazo de 10 (dez) minutos**, para aquele(s) LICITANTE(S) que tiver(em) interesse, manifestar sua intenção de recorrer, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema (opção “registrar intenção de recurso”);

**19.1.2.** Os recursos encaminhados são registrados em “Histórico de Recurso”;

**19.2.** O Agente de Contratação fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema;

**19.2.1.** Ao Agente de Contratação, nesta análise, não caberá fazer qualquer avaliação quanto ao mérito dos recursos, devendo apenas verificar se estes recursos apresentam ou não motivação;

**19.3.** A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, **no prazo de 3 (três) dias úteis**, após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. As demais LICITANTES ficarão, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também no próprio sistema, em igual número de dias, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

**19.4.** Os memoriais de recurso e contrarrazões de recurso, quando houver, somente poderão ser apresentados por intermédio do Licitações-e, em campo próprio.

**19.4.1.** Decorridos esses prazos, o Agente de Contratação terá o prazo de 3 (três) dias úteis para decidir sobre o recurso. Caso entenda pela manutenção de sua anterior decisão, encaminhará o recurso à autoridade competente;

**19.5.** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública desta Licitação, implicará decadência desse direito, podendo o Agente de Contratação adjudicar o objeto do certame à LICITANTE VENCEDORA na própria sessão pública e, em seguida, propor à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

**19.5.1.** A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará na decadência do direito de recorrer e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à LICITANTE VENCEDORA;

**19.5.2.** Não será considerada válida a manifestação de interpor recurso informada pelo “Chat”.

**12.6.** O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## 20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**20.1.** A adjudicação do objeto e a Homologação desta Licitação serão realizadas pela Autoridade Competente da SP-URBANISMO, após decisão dos recursos, quando houver, e constatada a regularidade dos atos praticados.

**20.2.** Finalizada a fase recursal o procedimento licitatório será encerrado e encaminhado à Autoridade Superior, que poderá:

- a) Determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades que forem supríveis;
- b) Anular o procedimento, no todo ou em parte, por vício insanável;
- c) Revogar o procedimento por motivo de conveniência e oportunidade; ou
- d) Adjudicar o objeto e homologar a licitação em ato único e encaminhar os autos à Gerência de Compras, Licitações e Contratos para que essa convoque o adjudicatário para assinatura do contrato.

**20.3.** A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor do licitante vencedor.

## **21. DA CONTRATAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**21.1.** O licitante adjudicatário desta licitação será notificado, por escrito ou por meio de publicação no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, para assinar o respectivo Contrato no **prazo máximo de 3 (três) dias úteis**, contados a partir da data da notificação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o transcurso do prazo e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela São Paulo Urbanismo.

**21.2.** O licitante adjudicatário que se recusar, injustificadamente, a assinar o Contrato, dentro do prazo e condições estabelecidos, decairá do direito à contratação, ficando sujeito à aplicação de penalidade de impedimento de contratar com a Administração Municipal por até 2 (dois) anos.

**21.3.** É facultado à São Paulo Urbanismo, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidos:

- a) Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o instrumento convocatório;
- b) Revogar a licitação.

**21.4.** Até a data de assinatura do Contrato o licitante adjudicatário desta licitação deverá, sob pena de perda dos direitos decorrentes da sua adjudicação, prestar **Garantia de Execução Contratual** nas seguintes modalidades: caução em dinheiro, seguro-garantia ou carta de fiança bancária, na importância equivalente a 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato.

**21.5.** A garantia quando prestada nas modalidades fiança bancária ou seguro garantia deverão observar as normas editadas pela Secretaria Municipal de Finanças – SF, que dispõe que essas garantias deverão ser prestadas preferencialmente por estabelecimento bancário ou seguradora com domicílio no Município de São Paulo.

**21.6.** Caso a fiança bancária não seja prestada por estabelecimento domiciliado no Município de São Paulo, deverá constar no verso da garantia apresentada o endosso que atribua a um estabelecimento bancário com domicílio na Cidade de São Paulo, total comprometimento, inclusive com responsabilidade solidária, com todos os termos da garantia.

**21.6.1.** Se o licitante prestar a garantia na modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ser paga à vista e o documento comprobatório da quitação ser entregue juntamente com o depósito da garantia.

**21.6.2.** Não será permitida garantia em títulos gravados com cláusula de inalienabilidade, impenhorabilidade ou intransferibilidade.

**21.7.** Por ocasião da assinatura do contrato, a adjudicatária deverá apresentar as certidões de regularidade fiscal cujo prazo de validade tenha expirado.

**21.8.** Estará impedida de contratar a adjudicatária que estiver com registro no Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, nos termos da Lei Municipal nº 14.094/05 e Decreto Municipal nº 47.096/06.

**21.9.** O contrato será disponibilizado para assinatura via SEI – Sistema Eletrônico de Informação da Prefeitura de São Paulo. Para tanto, é necessário que a LICITANTE VENCEDORA possua Cadastro de “Usuário Externo” no mencionado sistema, bem como cadastro da “Senha Web”;

**21.9.1.** Caso ainda não possua Senha Web, é necessário solicitar e desbloquear referida senha, seguindo o passo a passo, através do site da Secretaria da Fazenda: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/fazenda/servicos/senhaweb/>

**21.9.1.1.** No momento do cadastro poderá ser utilizado o Certificado Digital, que facilita o processo de aquisição de senha, pois dispensa a necessidade de desbloqueio da mesma;

**21.9.2.** Após criada a senha web ou, para os que já tiverem, basta acessar o site do Portal de Processo Administrativos: <http://processos.prefeitura.sp.gov.br/Forms/Principal.aspx>, entrar em “Requerimento, Assinatura



e Comunique-se”, realizar o login utilizando a senha web e aceitar os Termo de Uso do site;

**21.9.3.** Ao aceitar os Termos de Uso do Portal de Processos, o usuário da Senha Web será automaticamente cadastrado como usuário externo do SEI, identificado por seu CPF ou CNPJ;

**21.9.4.** No ícone “Documentos para assinatura” aparecerá a quantidade de documentos disponíveis para assinatura da contratada.

## 22. DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

**22.1.** Os critérios de medições, faturas, forma de pagamentos, as condições de reajuste, as obrigações da contratante e contratado, as penalidades às quais se sujeitará e as condições de recebimento dos serviços estão definidos na Minuta de Contrato – Anexo IX do Edital.

## 23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**23.1.** Ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e Anexos, bem como das demais cominações legais, o licitante que:

- a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato;
- b) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documento falso;
- c) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- d) Não mantiver a proposta, salvo se em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
- e) Fraudar a licitação ou praticar atos fraudulentos na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ou
- g) Der causa à inexecução total ou parcial do contrato.

**23.2.** A inobservância dos prazos fixados para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor adjudicado por dia de atraso, até o máximo de 2,5% (dois e meio por cento);

**23.3.** A Comissão poderá desclassificar a Proposta Comercial ou desqualificar a licitante sem que isto gere direito indenizatório ou de reembolso, caso tome conhecimento de fato ou circunstância que desabone a idoneidade comercial ou afete a capacidade financeira, técnica, jurídica ou de produção da licitante.

## 24. FINALIDADE E ANEXOS

**24.1.** Este Edital tem por finalidade estabelecer instruções e regular o procedimento a ser observado pelas empresas interessadas em participar na **LICITAÇÃO nº 031/SP-URB/2024**, a ser realizada pela SÃO PAULO URBANISMO.

**24.2.** Fazem parte integrante e indissociável deste Edital os seguintes Anexos:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Modelo de Carta de Credenciamento;

Anexo III - Modelo de Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação;

Anexo IV - Modelo de Declaração de Microempresa/Empresa de Pequeno Porte;

Anexo V - Modelo de Carta para Apresentação da Proposta Comercial;

Anexo VI - Modelo de Declaração de Inexistência de Fatos Impeditivos;

Anexo VII - Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal/88;

Anexo VIII - Matriz de Risco;

Anexo IX – Minuta do Contrato;

Anexo X – Planilha Orçamentária;

Anexo XI – Cronograma.

## 25. ANTICORRUPÇÃO

**25.1.** Na execução do futuro contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto contratado, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

## 26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**26.1.** Se, por qualquer motivo, o(s) representante(s) das empresas participantes não puder(em) comparecer a alguma sessão desta licitação, será permitida a nomeação de outro(s) representante(s), desde que seja apresentada nova carta de credenciamento, conforme o modelo do Anexo II;

**26.2.** A licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus Anexos, pois a simples apresentação da Proposta Comercial submete a licitante à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer por menor;

**26.3.** A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a adjudicatária, a rescisão do instrumento contratual, sem prejuízos das demais sanções cabíveis;

**26.4.** A São Paulo Urbanismo reserva a si o direito de revogar a presente licitação por razões de interesse público ou anulá-la, no todo ou em parte por vício ou ilegalidade, bem como adiar “*sine die*” ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou abertura da Proposta Comercial ou da Documentação de Habilitação, desclassificar qualquer proposta ou desqualificar qualquer licitante, caso tome conhecimento de fato que afete a capacidade financeira, técnica ou comercial da licitante, sem que isto gere direito à indenização ou ressarcimento de qualquer natureza;

**26.5.** É facultado à Comissão, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo;

**26.6.** Todas as informações, atas e relatórios pertinentes à presente licitação serão publicadas no Diário Oficial da Cidade de São Paulo – DOC e no site: [https://capital.sp.gov.br/web/sp\\_urbanismo/w/acao\\_a\\_informacao/328777](https://capital.sp.gov.br/web/sp_urbanismo/w/acao_a_informacao/328777);

**26.7.** Na hipótese de não conclusão do processo licitatório dentro do prazo de validade da proposta, deverá a licitante, independente de comunicação formal da São Paulo Urbanismo, revalidar, por igual período, o documento, sob pena de ser declarada desistente do feito licitatório;

**26.8.** Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial de Licitação da São Paulo Urbanismo;

**26.9.** Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com este Edital ou o Contrato vinculado a esta Licitação, a empresa licitante deve se subordinar ao foro da Fazenda Pública da Capital de São Paulo, com exclusão de qualquer outro;

**26.10** Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos elementos constantes deste Edital e seus anexos, das condições gerais e particulares do objeto da licitação e do(s) local(is) onde serão executados os serviços, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da proposta e do integral cumprimento do Contrato.

**26.11.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

**26.12.** Os prazos previstos neste Edital e seus Anexos iniciam e expiram, exclusivamente, em dia de expediente no âmbito da São Paulo Urbanismo.

São Paulo, 03 de dezembro de 2024.

**Dayana de Siqueira Dalbello**  
**AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

-----  
-----

**A N E X O I**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**TERMO DE REFERENCIA**

**(ACESSO PELO LINK: [https://capital.sp.gov.br/web/sp\\_urbanismo/w/acesso\\_a\\_informacao/328777](https://capital.sp.gov.br/web/sp_urbanismo/w/acesso_a_informacao/328777))**

**A N E X O II**  
**MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO**  
**(INSTRUMENTO PARTICULAR DE MANDATO)**

À  
SÃO PAULO URBANISMO

**EDITAL DE LICITAÇÃO nº 031/SP-URB/2024**

**PROCESSO SEI Nº 7810.2024/0001852-9**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O APOIO AO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA(EVTE) DAS INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS E ELETIVAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA VILA LEOPOLDINA - VILLA LOBOS (AIU-VL)

Prezados Senhores

Por meio da presente credenciamos e constituímos o(s) Sr.(s) \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, portador(es) da(s) Cédula(s) de Identidade(s) nº(s) \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, e inscrito(s) no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o(s) nº(s) \_\_\_\_\_ e \_\_\_\_\_, respectivamente, para, praticar todos os atos necessários à participação desta empresa no certame licitatório em comento, podendo assinar documentos, declarações, propostas e desistir de recursos.

A seguir informamos a qualificação do(s) representante(s) da empresa com poderes para assinar o contrato com a SÃO PAULO URBANISMO.

Nome:

Cargo:

RG:

CPF:

Profissão:

Tel/cel.:

São Paulo,

(Assinatura do(s) Representante(s) Legal(ais))

EMPRESA: \_\_\_\_\_

CNPJ/MF. nº \_\_\_\_\_

**(Obs: todo Anexo a ser entregue deverá ser impresso e digitalizado no papel timbrado da empresa licitante)**

### A N E X O III

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À

SÃO PAULO URBANISMO

**EDITAL DE LICITAÇÃO nº 031/SP-URB/2024**

**PROCESSO SEI Nº 7810.2024/0001852-9**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O APOIO AO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA(EVTE) DAS INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS E ELETIVAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA VILA LEOPOLDINA - VILLA LOBOS (AIU-VL)

Prezados Senhores,

Nome da empresa, CNPJ nº número, sediada no(a) endereço, DECLARA sob as penas da Lei, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação do Edital.

São Paulo,

Assinatura(s) do(s) representante(s) legal(ais) da empresa  
Nome(s) do(s) representante(s) legal(ais) da empresa  
Cargo do(s) representante(s) legal(ais) da empresa  
CNPJ, E-mail e telefone de contato do(s) representante(s) legal(ais) da empresa

**(Obs: todo Anexo a ser entregue deverá ser impresso e digitalizado no papel timbrado da empresa licitante)**

#### ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS E ESPECIFICAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA-ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

À  
SÃO PAULO URBANISMO

#### EDITAL DE LICITAÇÃO nº 031/SP-URB/2024

#### PROCESSO SEI Nº 7810.2024/0001852-9

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O APOIO AO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA(EVTE) DAS INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS E ELETIVAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA VILA LEOPOLDINA - VILLA LOBOS (AIU-VL)

Prezados Senhores,

Esta empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu(a) representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas do art. 299 do Código Penal vigente, ser **microempresa/empresa de pequeno porte** nos termos do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, não estando incurso nas exclusões do § 4º do citado artigo; bem como **DECLARA** que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

São Paulo,

Assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa **e do contador**.

**(Obs: todo Anexo a ser entregue deverá ser impresso e digitalizado no papel timbrado da empresa licitante)**

**A N E X O V**  
**MODELO DE CARTA PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL**

À  
SÃO PAULO URBANISMO

**EDITAL DE LICITAÇÃO nº 031/SP-URB/2024**

**PROCESSO SEI Nº 7810.2024/0001852-9**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O APOIO AO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA(EVTE) DAS INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS E ELETIVAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA VILA LEOPOLDINA - VILLA LOBOS (AIU-VL)

Prezados Senhores,

Apresentamos a V.Sas. a nossa Proposta Comercial relativa à LICITAÇÃO nº 031/SP-URB/2024, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que tiverem sido cometidos quando da sua preparação.

1. Propomos o **PREÇO GLOBAL** de \_\_\_\_\_ (valor por extenso) para a execução do objeto.

2. A base econômica desta proposta comercial é o mês de **(julho/2024)**.

3. No valor total proposto estão englobados todos os tributos, taxas e/ou encargos de quaisquer naturezas devidos aos poderes públicos federais, estaduais ou municipais, comprometendo-nos a saldá-los, por nossa conta, nos prazos e na forma prevista na legislação pertinente, bem como despesas com encargos trabalhistas e sociais, mão-de-obra, materiais, equipamentos, transportes de nosso pessoal, de materiais e de equipamentos, todos os custos direta ou indiretamente relacionados com o objeto desta licitação, incluindo-se a ociosidade de mão de obra e dos equipamentos empregados na execução dos serviços.

4. Os pagamentos serão efetuados conforme condições estipuladas na Minuta do Contrato.

5. Esta proposta tem prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.

6. Caso esta proposta não venha a ser aceita para contratação, a SÃO PAULO URBANISMO fica desobrigada de qualquer responsabilidade para com a nossa Empresa, não nos cabendo direito a qualquer indenização ou reembolso.

7. Declaramos conhecer e aceitar as condições constantes da presente LICITAÇÃO, bem como o disposto na Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº

56.475/2015 (Estatuto ME e EPP) e pelo Regulamento de Licitações e Contratos da São Paulo Urbanismo – NP 58.04.

São Paulo,

EMPRESA: \_\_\_\_\_

ASS. DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(AIS) DA EMPRESA

NOME(S): \_\_\_\_\_

CARGO(S): \_\_\_\_\_

CNPJ/MF. Nº \_\_\_\_\_

TEL./CELULAR PARA CONTATO \_\_\_\_\_

**(Obs: todo Anexo a ser entregue deverá ser impresso e digitalizado no papel timbrado da empresa licitante)**

## A N E X O VI

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

À

SÃO PAULO URBANISMO

#### **EDITAL DE LICITAÇÃO nº 031/SP-URB/2024**

#### **PROCESSO SEI Nº 7810.2024/0001852-9**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O APOIO AO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA(EVTE) DAS INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS E ELETIVAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA VILA LEOPOLDINA - VILLA LOBOS (AIU-VL)

Prezados Senhores,

Declaramos, sob as penas da Lei, que esta empresa não incorre em qualquer dos impedimentos previstos no Item 7 do Edital, em especial:

- Tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- Esteja suspensa temporariamente de participar de licitação e impedida de contratar com a Administração Pública;



- Esteja enquadrada nas disposições do artigo 38 da Lei Federal nº 13.303/2016;
- Encontre-se em processo de falência ou concordata, em liquidação ou em dissolução;
- Tenha sido condenada por agressões ao meio ambiente, ou infrações à legislação sobre segurança e saúde no trabalho nos termos da Lei Municipal nº 11.091/91;

São Paulo,

EMPRESA

ASSINATURA(S) DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA

NOME:

CARGO:

CNPJ/MF nº

**(Obs: todo Anexo a ser entregue deverá ser impresso e digitalizado no papel timbrado da empresa licitante)**

#### ANEXO VII

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

À

SÃO PAULO URBANISMO

**EDITAL DE LICITAÇÃO nº 031/SP-URB/2024**

**PROCESSO SEI Nº 7810.2024/0001852-9**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O APOIO AO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA(EVTE) DAS INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS E ELETIVAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA VILA LEOPOLDINA - VILLA LOBOS (AIU-VL)

Prezados Senhores,

Esta empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob as penas da lei, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal de 1988, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. **(se for o caso)**

São Paulo,

---

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

**(Obs: todo Anexo a ser entregue deverá ser impresso e digitalizado no papel timbrado da empresa licitante)**

**ANEXO VIII  
MATRIZ DE RISCOS**

À

SÃO PAULO URBANISMO

**EDITAL DE LICITAÇÃO nº 031/SP-URB/2024**

**PROCESSO SEI Nº 7810.2024/0001852-9**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O APOIO AO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA(EVTE) DAS INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS E ELETIVAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA VILA LEOPOLDINA - VILLA LOBOS (AIU-VL)

RISCO	DESCRIÇÃO	PROBABILIDADE	CONSEQUÊNCIA	PREVENÇÃO	ALOCÇÃO/ RESPONSÁVEL	MAPA DE RISCO
Descumprimento das cláusulas operacionais	Atraso na prestação dos serviços, não entrega de produtos.	Baixa	Baixa	Comunicação periódica entre as partes	Contratada / Fiscalização	
Profissionais não qualificados para a prestação dos serviços	Os serviços não serem entregues a contento.	Baixa	Moderada	Definição de escopo previamente a contratação	Área Demandante / Contratos	
Perda de apoio institucional por mudanças de prioridades da gestão	Mudanças de gestão que levam a descontinuidade do projeto	Baixa	Baixa	Contratação alinhada ao planejamento estratégico da empresa	Diretoria Executiva	
Confidencialidade dos dados	Vazamento de informações	Baixa	Moderada	Exigir atendimento à LGPD	Contratada	
Falta de transparência sobre o acompanhamento do objeto	Má Governança entre as partes	Baixa	Alta	Prever cláusulas de penalidade	Contratada / Contratante	
Produto final obsoleto	Desperdício de recursos públicos, retrabalho.	Baixa	Alta	Garantir o planejamento prévio e o adequado acompanhamento do contrato	Contratante	
<b>Legenda</b>		Risco Baixo				
		Risco Moderado				
		Risco Alto				

**A N E X O IX**  
**MINUTA TERMO DE CONTRATO**

**TERMO DE CONTRATO Nº \_\_\_/SP-URB/20XX**

**PROCESSO SEI Nº 7810.2024/0001852-9**

**EDITAL DE LICITAÇÃO nº 031/SP-URB/2024**

**CONTRATANTE: SÃO PAULO URBANISMO - SPUrbanismo**

**CONTRATADA:**

**OBJETO DO CONTRATO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O APOIO AO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA(EVTE) DAS INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS E ELETIVAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA VILA LEOPOLDINA - VILLA LOBOS (AIU-VL)

**VALOR TOTAL DO CONTRATO:**

**VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data da emissão da Ordem de Serviço

**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

**NOTA DE EMPENHO:**

**DATA DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA:**

Pelo presente instrumento particular, de um lado a empresa **SÃO PAULO URBANISMO – SP URBANISMO**, inscrita no CNPJ/MF, sob o n.º 43.336.288/0001-82, com sede na Rua Libero Badaró, 504, 16º andar, neste ato representada por seu Presidente, **Sr. Pedro Martín Fernandes**, e por seu Diretor de Gestão Corporativa, **Sr. Waldir Agnello**, doravante

denominada **SP URBANISMO**, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_, representada por seu Representante Legal, \_\_\_\_\_, conforme seus estatutos, ao final assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, de acordo com o Despacho Autorizatório de HOMOLOGAÇÃO e Autorização de contratação da empresa vencedora (doc. SEI nº xxxxxxxxx), bem como a Licitação nº 031/SP-URB/2024, (doc. SEI nº xxxxxxxxx), e com fundamento no REGULAMENTO INTERNO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA SÃO PAULO URBANISMO - NP 58.04, na Lei Federal nº 13.303/2016, na Proposta de Preços apresentada (doc. SEI xxxxxxxxx) e na forma das cláusulas que se seguem:

## CLÁUSULA PRIMEIRA

### OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a contratação de serviços técnicos especializados para apoio a elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) das intervenções obrigatórias e eletivas para suporte ao leilão do estoque de Potencial Construtivo Adicional (PCA) da AIU Vila Leopoldina-Villa Lobos, conforme Lei Municipal nº 17.968/2023, de acordo com especificações e quantitativos discriminados no edital, bem como anexos e planilhas, os quais ficam fazendo parte do presente, conforme Anexo I - Termo de Referência (doc. sei 114487614).

1.2. Os serviços deverão ser executados de acordo com o termo de referência e as especificações técnicas, anexos do Edital da Licitação nº 031/SP-URB/2024, Proposta Comercial da Contratada, e demais elementos que compõem o processo administrativo mencionado no preâmbulo, que integram este instrumento como se nele estivesse transcrito, bem como, deverá atingir o fim a que se destina com a eficácia e a qualidade requeridas, tendo por base as diretrizes gerais fixadas pela SP-URBANISMO e com observância das normas técnicas aplicadas ao caso.

1.3. Os serviços objeto desta licitação serão contratados sob regime **empreitada por preço global** (artigo 42 – Lei Federal nº 13.303/2016).

## CLÁUSULA SEGUNDA

### DO PRAZO DE VIGÊNCIA E PRAZO DE EXECUÇÃO

2.1. O PRAZO DE VIGÊNCIA do contrato será de **45 (quarenta e cinco) dias**, contados a partir da data da emissão da **ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS**, prorrogável nos termos da legislação vigente, conforme as condições estabelecidas na licitação indicada no preâmbulo deste instrumento e seus anexos.

2.2. A CONTRATADA obriga-se a iniciar os serviços a partir da data de emissão da Ordem de Início dos Serviços.

## CLÁUSULA TERCEIRA

### DO VALOR E DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. O **valor global** dos serviços objeto do presente contrato é de **R\$ \_\_\_\_\_** ( \_\_\_\_\_ ), **data-base julho/2024**.

3.2. A CONTRATADA declara expressamente que o valor previsto nesta cláusula abrange todos os custos diretos e indiretos relativos a execução do objeto deste contrato, salvo alterações ajustadas de comum acordo entre as partes nos limites legais, incluindo-se as despesas de mão-de-obra e adequações necessárias, remunerações, ensaios requisitados pela SP-URBANISMO, todos os materiais e demais componentes a serem utilizados, conforme previsto no projeto e nos programas de qualidades referidos neste contrato, transportes, fretes, elaboração de projetos executivos, bem como, todos os encargos sociais, trabalhistas, securitários, tributários, previdenciários e outros decorrentes ou que venham a ser devidos em razão do objeto ora contratado, despesas indiretas decorrentes de prorrogações de prazo de execução, alterações de cronogramas físico-financeiros, ficando certo e ajustado que não caberá à SP-URBANISMO quaisquer outros custos adicionais, diretos ou indiretos.

3.3. O valor global estimado no item 3.1, assegura a percepção de sua integralidade pela CONTRATADA, desde que todos os serviços ou produtos contratados sejam entregues à SP- URBANISMO.

3.4. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta dos recursos próprios, conforme Nota de Empenho nº XX/XXXX, a qual onerará a dotação orçamentária nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX.

#### **CLÁUSULA QUARTA DA GARANTIA CONTRATUAL**

4.1. Por ocasião da assinatura do termo de contrato, deverá o proponente vencedor apresentar, em **até 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS** a garantia de adimplemento contratual.

4.2. A garantia para assegurar a plena execução do contrato corresponderá a 5% (cinco inteiros por cento) do valor do contrato, podendo ser prestada em uma das modalidades estabelecidas na Lei Federal 13.303/16.

4.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período mínimo de três meses após o término da vigência contratual e somente será restituída à CONTRATADA após o cumprimento integral das obrigações assumidas e a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços por parte da SP-URBANISMO.

4.4. Em caso de alteração contratual, (valor e/ou prazo), a CONTRATADA deverá promover a complementação da garantia e/ou a sua validade, de modo que o valor da garantia corresponda sempre ao percentual de estabelecido subitem 4.2, e o seu período de validade seja sempre correspondente ao prazo de vigência do contrato.

4.5. A SP-URBANISMO fica desde já autorizada pela CONTRATADA a promover perante a entidade responsável pela garantia, o levantamento de valor devido em decorrência de aplicação de penalidade de multa estabelecida neste contrato.

4.6. Verificada a hipótese do item anterior, e não rescindido o contrato, a CONTRATADA fica obrigada a efetuar o reforço da garantia, no valor correspondente ao levantamento feito, no prazo de 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS, contados da data de recepção da notificação do respectivo abatimento, sob pena de retenção dos pagamentos subsequentes até o limite suficiente para complementar a garantia.

#### **CLÁUSULA QUINTA DO REAJUSTE DO CONTRATO**

5.1. Em caso de prorrogação da vigência do contrato, **quando ultrapassados 12 (doze) meses**, os preços contratuais poderão ser reajustados.

5.2. Os preços contratuais serão reajustados, observada a periodicidade anual que terá como termo inicial para apuração do índice a data de apresentação da proposta, nos termos previstos no Decreto Municipal nº 48.971/07 e Lei Federal 10.192/2001. O índice de reajuste será o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), nos termos da Portaria SF nº 389, de 18 de dezembro de 2017, editada pela Secretaria Municipal de Fazenda. O índice previsto no item acima poderá ser substituído por meio de Decreto ou Portaria da Secretaria Municipal da Fazenda restando vedada a aplicação de índices acumulados por um período superior a 12 (doze) meses.

5.3. Não haverá reajuste antes de decorrido o prazo de 12 (doze) meses da vigência do contrato.

5.4. O marco inicial para cômputo do período de reajuste será a data limite para apresentação da proposta, nos termos do que dispõe o Decreto Municipal nº 48.971/2007.

5.5. As notas fiscais de e faturas de serviços do reajustamento deverão ser emitidas em separados na mesma data da fatura principal devendo, obrigatoriamente fazer referência à esta.

5.6. Na hipótese da adoção de outro regramento, a SP-URBANISMO adotará as normas que vierem a ser implantadas.

#### **CLÁUSULA SEXTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 6.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar todos os profissionais e técnicos capacitados necessários para garantir a plena realização das atividades previstas no Termo de Referência.
- 6.2. Deverá obrigar-se, por si e por seus prepostos, à manutenção de sigilo sobre os dados, informações e pormenores fornecidos pela PMSP/SP-URBANISMO.
- 6.3. Na execução dos serviços, a CONTRATADA manterá a SP-URBANISMO informados sobre o andamento do feito, prestando os esclarecimentos que lhe forem solicitados, bem como, comunicará, por escrito, quaisquer dificuldades surgidas durante a realização dos serviços.
- 6.4. A CONTRATADA arcará com os pagamentos de todos e quaisquer tributos, multas e ônus oriundos deste contrato, pelos quais seja responsável.
- 6.5. Indicar, por ocasião da assinatura do Contrato, preposto e responsável técnico para representá-la sempre que for necessário, com respectivos contatos diretos (telefone e e-mail), com a finalidade de prestar informações, esclarecimentos e tratar de todos os assuntos definidos nesta contratação, bem como comunicar imediatamente eventuais alterações/substituições.
- 6.6. São propriedades da SP-URBANISMO todas as peças de trabalho executadas pela instituição CONTRATADA, tais como formulários de pesquisa e resultados realizados, memoriais, dentre outros que serão entregues à mesma quando da conclusão dos serviços.
- 6.7. A CONTRATADA deverá transferir os conhecimentos em metodologia, proporcionando o domínio por parte dos empregados da SP-URBANISMO designados para tal.
- 6.8. Cumprir o estabelecido na Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 – LGPD, quanto a todos os dados pessoais e que tenham acesso em razão do certame ou do presente contrato administrativo firmado.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA DAS OBRIGAÇÕES DA SP-URBANISMO**

- 9.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, quanto ao cumprimento das demais obrigações e demais aspectos constantes no Termo de Referência.
- 9.2. Proporcionar as condições necessárias para a prestação dos serviços e fornecer todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados.
- 9.3. Solicitar a reparação de Produto(s), que esteja(m) em desacordo com o especificado.
- 9.4. Assegurar-se da boa prestação de serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.
- 9.5. Efetuar os pagamentos devidos, e fazê-lo de acordo com o estabelecido neste contrato;
- 9.6. Receber definitivamente o objeto, mediante termo circunstanciado que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

#### **CLÁUSULA OITAVA DA FISCALIZAÇÃO E VISTORIAS**

8.1. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços objeto deste contrato, a SP-URBANISMO, por meio de seus funcionários ou prepostos formalmente designados, se reserva o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, obrigando-se as partes a:

8.1.1. Sustar qualquer serviço em execução que comprovadamente não esteja sendo feito com boa técnica ou coloque em risco a segurança pública ou os bens da SP-URBANISMO, ou, ainda, que ocorra por inobservância e/ou desobediência às suas ordens ou instruções, do fiscal nomeado, cabendo à CONTRATADA, no caso, todo ônus decorrentes da paralisação;

8.1.2. Poderão ser realizadas vistorias, pela fiscalização da SP-URBANISMO ou por seu preposto devidamente qualificado, que terá por objetivo a avaliação da qualidade e do andamento dos serviços prestados;

8.1.3. Todas as vistorias da SP-Urbanismo serão acompanhadas por arquiteto ou engenheiro indicados pela CONTRATADA;

8.1.4. Na inobservância dos preceitos de qualidade, e constatada a “Não Conformidade”, a CONTRATADA será notificada para refazer os produtos, nos padrões de qualidade estabelecidos nos documentos contratuais;

8.1.5. A fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria, não exonera nem diminui a completa responsabilidade da CONTRATADA, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais aqui estabelecidas.

8.1.6. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE.

## **CLÁUSULA NONA DAS MEDIÇÕES E PAGAMENTOS**

9.1. A medição e pagamento dos serviços dar-se-á em conformidade com as Normas Administrativas da São Paulo Urbanismo e de acordo com o Cronograma constante no item 11 do Termo de Referência, que passa a integrar este contrato.

9.2. O valor de cada medição corresponderá a somatória dos produtos efetivamente realizados.

9.3. Serão atestados e medidos apenas os produtos entregues e concluídos em conformidade com o disposto neste contrato.

9.4. As medições serão analisadas e aprovadas e assinadas pelo fiscal do contrato e pelo representante legal da CONTRATADA, sendo que eventuais divergências apontadas pela fiscalização, deverão ser corrigidas de acordo com as indicações do fiscal.

9.5. As medições poderão ser entregues em formato digital, ou por meio físico diretamente ao fiscal do contrato.

9.6. Na hipótese em que a entrega da documentação se dar em formato digital, deverá constar do processo de liquidação e pagamento documento que comprove a data de entrega da documentação pela contratada ao fiscal do contrato. Na hipótese da entrega da documentação se dar por meio físico, o fiscal do contrato deverá identificar a data de entrega realizada pela CONTRATADA.

9.7. A identificação da data de recebimento das medições, em que pese ser digital ou física, servirá para fins da contagem de prazo para pagamento.

9.8. Os documentos ofertados em formato digital deverão ser apresentados no original sempre que exigidos pelo fiscal do contrato.

9.9. Uma vez aprovada a medição, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, o fiscal do contrato deverá solicitar à CONTRATADA a emissão da Nota fiscal fatura/nota fiscal fatura e o consequente envio de toda a documentação que possibilitará a liquidação e pagamento.

9.10. Para efeito de pagamento o processo de liquidação e pagamento das despesas provenientes de prestação de serviços será formalizado pelo fiscal do contrato em Processo SEI devidamente autuado, obrigatoriamente relacionado ao Processo SEI que originou a contratação.

I. Cópia da ordem de serviço;

II. nota fiscal, nota fiscal-fatura, nota fiscal de serviços eletrônica ou documento equivalente;

III. ordem de fornecimento, em caso de entrega parcelada;

IV. medições detalhadas comprovando a quantidade produzida, no caso de serviço prestado por produção;

V. *Check-List* a ser preenchido e assinado pelo fiscal do contrato, conforme Anexo I da Norma de Procedimento NP 42.02/2021;

VI. ateste da nota fiscal, nota fiscal-fatura, nota fiscal de serviços eletrônica ou documento equivalente, de acordo com o Anexo II da Norma de Procedimento NP 42.02/2021;

VII. Em caso de remessa dos documentos por meio digital, cópia do e-mail que encaminhou os documentos.

9.10.1. A CONTRATADA, quando da emissão da nota fiscal, deverá observar a aposição das seguintes informações:

I. razão social (conforme nota de empenho);

II. CNPJ;

III. objeto contratado;



- IV. o período a que se refere a entrega do produto;
- V. a quantidade e identificação dos serviços, com os correspondentes preços unitários e totais;
- VI. Número do contrato.

9.10.2. Juntamente a Nota fiscal /Nota fiscal Serviços, a CONTRATADA deverá encaminhar a comprovação de regularidade fiscal exigida para efeito de habilitação quando da contratação:

- I. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e/ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- II. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal se houver, relativo ao domicílio ou sede da CONTRATADA, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III. Prova de regularidade junto à Fazenda Federal;
- IV. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual;
- V. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal;
- VI. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- VII. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- VIII. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de CND;
- IX. Prova de regularidade junto ao CADIN MUNICIPAL.

9.10.3. Os documentos relacionados nos itens I a IX do item 9.14. deverão estar atualizados e válidos na data do processamento da liquidação;

9.10.4. Os documentos previstos acima poderão ser entregues pela CONTRATADA em formato digital, devendo os originais serem apresentados sempre que exigidos pelo fiscal do contrato;

9.10.5. Caso a entrega dos documentos seja realizada por meio físico, o fiscal do contrato deverá identificar a data de entrega realizada pela contratada, para fins da contagem de prazo para ateste, apondo carimbo de protocolo ou carimbo recebimento da documentação na unidade;

9.10.6. No processo de pagamento poderá ser incluída mais de uma nota fiscal;

9.10.7. Caso a CONTRATADA seja, ou venha a ser considerada responsável solidária pelas contribuições ISS e/ou Contribuições Previdenciárias INSS, a SP-URBANISMO efetuará retenção do Imposto, de acordo com o disposto na Legislação. A base de cálculo e a retenção na fonte deverão estar destacadas na Nota Fiscal de Serviços/Notas Fiscais-Faturas de Serviços;

9.10.8. Em caso de erro nos documentos enviados pela CONTRATADA, o fiscal do contrato deverá solicitar à CONTRATADA a devida correção no prazo de 05 (cinco) dias, sendo interrompido o prazo previsto para ateste do fiscal;

9.10.9. Em caso de erro no preenchimento de valores na Nota fiscal, o fiscal do Contrato solicitará o seu cancelamento e nova emissão do documento, observando-se o prazo de 05 (cinco) dias do recebimento da comunicação;

9.10.9.1. Na hipótese de a contratada, sem a devida fundamentação legal, não concordar com a substituição da nota fiscal ou documento equivalente, deverá ser glosado o valor apurado.

9.10.10. Nos processos em que restar apurado que os serviços/bens não foram prestados/entregues a contento, o Fiscal informará, no documento de ateste, as eventuais infrações contratuais cometidas pela CONTRATADA;

9.10.11. O prazo estabelecido para o pagamento da despesa será de 30(trinta) dias, a contar da data do recebimento do de toda a documentação, conforme informação a ser prestada pelo fiscal, no documento Ateste da Execução do serviço ou recebimento do material – ANEXO I, constante da NP 42.02.

9.11. Caso a CONTRATADA seja, ou venha a ser considerada responsável solidária pelas contribuições ISS e/ou Contribuições Previdenciárias INSS, a SP-URBANISMO efetuará retenção do Imposto, de acordo com o disposto na Legislação. A base de cálculo e a retenção na fonte deverão estar destacadas na Nota Fiscal de Serviços/Notas Fiscais-Faturas de Serviços.

9.12. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de entrega da documentação pela CONTRATADA, a contar da data do recebimento do de toda a documentação, conforme informação a ser prestada pelo fiscal, no documento Ateste da Execução do serviço e recebimento do Produto – ANEXO I da Norma de Procedimento nº 42.02/2021.

9.13. Havendo atraso na entrega da medição e/ou atraso na entrega dos documentos relacionados, a SP-URBANISMO postergará o prazo de pagamento por igual período de tempo.

9.14. Havendo erro na apresentação de quaisquer dos documentos exigidos nos itens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras.

9.14.1. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação não acarretando qualquer ônus para a SP-URBANISMO.

9.15. Nenhum pagamento isentará a licitante vencedora das responsabilidades contratuais, quaisquer que sejam, nem implicará em aprovação definitiva dos serviços executados, total ou parcialmente.

9.16. Compete ao fiscal do contrato:

9.16.1. Receber, analisar e atestar a nota fiscal e todos os documentos recebidos, com vistas a atestar sua conformidade;

9.16.2. Instruir o processo de liquidação e de pagamento separadamente do processo de contratação, relacionando-os entre si por meio do recurso SEI "Relacionamento de processos", conforme previsto no artigo 44, da Portaria Conjunta nº 001/SMG/SMIT/2018;

9.16.3. Atestar a prestação dos serviços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento do último documento apresentado pela CONTRATADA;

9.16.4. O prazo para ateste do fiscal inicia-se no dia seguinte à data de entrega em formato digital da documentação pela CONTRATADA, ou, se realizada a entrega por meio físico, no dia seguinte à data de recebimento da documentação pelo fiscal;

9.16.5. Em caso de erro nos documentos enviados pela CONTRATADA, o fiscal do contrato deverá solicitar à contratada a devida correção no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sendo interrompido o prazo previsto para ateste do fiscal;

9.16.6. Em caso de erro no preenchimento de valores na Nota fiscal, o fiscal do contrato solicitará o seu cancelamento e nova emissão do documento, observado o prazo de 05 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação;

9.16.7. Na hipótese de a CONTRATADA não concordar com a substituição da nota fiscal ou documento equivalente, deverá ser glosado o valor apurado, salvo na hipótese em que a recusa for fundamentada e acatada pela SP-URBANISMO;

9.16.8. Identificada qualquer irregularidade fiscal, o fiscal notificará, preferencialmente por correio eletrônico, a CONTRATADA para imediata regularização, da notificação a ser enviada pela GCL- Gestão de Contrato.

9.16.9. Encaminhar o processo de pagamento e liquidação à Gerência Financeira- GFI, para providências quanto a liquidação e pagamento no prazo de até 10 (dez) dias úteis da data prevista para o pagamento;

9.16.10. Na ocorrência de infração contratual apontada pelo fiscal, este deverá encaminhar o processo à DAF- GFI para pagamento, informando que após a efetivação da liquidação, o processo seja encaminhado à DAF- GCL para que aquela Gerência adote os procedimentos previstos para aplicação das penalidades previstas no Termo de Contrato e legislação que rege a matéria.

9.17. Fica expressamente estabelecido que a SP-URBANISMO não aporá aceite em duplicatas, triplicatas e letras de câmbio, não fará pagamentos através de cobrança bancária, e que somente liquidará os títulos que portem, no verso, a cláusula "Vinculado à verificação de cumprimento de cláusulas contratuais", firmada pelo emitente e eventuais endossatários.

9.18. A SP-URBANISMO estará impedida de efetivar qualquer pagamento à CONTRATADA, no caso de seu registro no Cadastro Informativo Municipal (CADIN MUNICIPAL), nos termos da Lei Municipal nº 14.094/05 e Decreto Municipal nº 47.096/06.

## **CLÁUSULA DÉCIMA**

### **DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

10.1. Os contratos celebrados pela SP-URBANISMO poderão ser alterados, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

- a. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

- b. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal nº 13.303/2016;
- c. Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- d. Quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- e. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução do serviço.
- f. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

10.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

10.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item 10.2, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

10.4. Se no contrato não houver sido contemplado preços unitários para serviços, estes serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no subitem 11.2.

10.5. No caso de supressão dos serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser pagos pela SP-URBANISMO pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

10.6. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

10.7. Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, em função de risco alocado à SP-URBANISMO, esta deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

10.8. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostilamento, dispensada a celebração de aditamento.

10.9. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DOS SERVIÇOS**

11.1. Mediante aviso expresso, a SP-URBANISMO com anuência da contratada, poderá desde que devidamente fundamentado, suspender total ou parcialmente a execução dos serviços, hipótese em que pagará à CONTRATADA, o valor dos serviços regularmente executados até a data comunicada para início da suspensão.

11.2. A suspensão do contrato, prescindirá de justificativa prévia apresentada pelo Fiscal do Contrato com anuência de seu Diretor, acompanhada de novo cronograma físico financeiro e dar-se-á após o despacho autorizatório do Sr. Presidente por meio de aditamento contratual, estabelecendo-se inclusive a data da sua retomada, sendo que, ao término do prazo de suspensão contratual, o contrato será automaticamente retomado.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

12.1. Este contrato poderá ser extinto:

- a. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;
- b. Pelo término do seu prazo de vigência;
- c. Por acordo entre as partes, desde que a medida não acarrete prejuízos à SP-URBANISMO;
- d. Acontecimento de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- e. Por decisão judicial.

12.2. Por ato unilateral da SP-URBANISMO pela ocorrência de qualquer um dos motivos elencados abaixo:

- a. Descumprimento ou o cumprimento irregular ou incompleto de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b. Atraso injustificado no início do serviço ou fornecimento;
- c. Subcontratação do objeto contratual à quem não atenda às condições de habilitação e/ou sem previsão editalícia ou contratual;
- d. Fusão, cisão, incorporação ou associação da CONTRATADA com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no contrato e sem prévia autorização da SP-URBANISMO;
- e. Desatendimento das determinações regulares do gestor e/ou fiscal do contrato;
- f. Cometimento reiterado de faltas na sua execução, registradas pelo fiscal do contrato;
- g. Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- h. Razão de interesse da SP-URBANISMO, de alta relevância e amplo conhecimento, justificada e exarada no âmbito do processo eletrônico;
- i. O descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- j. O perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;
- k. Por infringência à CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES.

12.3. Ocorrendo alguma das hipóteses relacionadas a CLÁUSULA TERCEIRA – DAS PENALIDADES, o processo eletrônico deverá ser instruído de forma a demonstrar o fato, o dolo/culpa ou ausência de responsabilidade da CONTRATADA, assegurado a este, o contraditório e a ampla defesa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DAS PENALIDADES**

13.1. Sem prejuízo da responsabilidade civil e penal, bem como das demais sanções cabíveis de acordo com o previsto neste contrato e na legislação de regência, as infrações às disposições contratuais serão punidas pela SP-URBANISMO, assegurado o direito ao contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA, de forma alternativa ou cumulativamente, com as sanções e penalidades a seguir relacionadas, a serem aplicadas de modo proporcional à gravidade da falta que as gerou:

- a. Advertência;
- b. Multa;
- c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a SP-URBANISMO, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

13.2. A pena de advertência será aplicada em situações de descumprimento contratual de natureza leve, que não impactem na execução do contrato.

13.3. As multas serão aplicadas nos montantes e para as infrações abaixo relacionadas:

- a. Multa de 1,0% (um inteiro por cento) sobre o valor total do contrato, na hipótese de reincidência das situações que ensejaram a aplicação de advertência.
- b. Multa de 1,0% (um inteiro por cento) sobre o valor total do contrato, por descumprimento de cláusula contratual.
- c. Multa de 1,0% (um inteiro por cento) sobre o valor total do contrato, pelo não atendimento das determinações estabelecidas pelo fiscal na execução do contrato.
- d. Multa de 5,0% (cinco inteiros por cento) sobre o valor total do contrato, quando o serviço for considerado mal executado pela fiscalização, independentemente da obrigação de refazer o serviço, nas condições estipuladas neste contrato.
- e. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso na entrega final do objeto contratado.
- f. Multa de até 5,0% (cinco inteiros por cento) sobre o valor do total contrato, a ser aplicada de modo proporcional à gravidade da falta nas demais hipóteses não previstas no contrato e/ou instrumento convocatório.
- g. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso no início dos serviços, até o limite de 15 (quinze) dias corridos, quando poderá restar configurada a inexecução parcial do contrato e poderá ser aplicada, conjuntamente, a penalidade por esta infração.
- h. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por atraso superior a 15 (quinze) dias corridos para o início dos serviços, até o limite de 20 (vinte) dias corridos, quando poderá restar configurada a inexecução total do contrato e poderá ser aplicada, conjuntamente, a penalidade por esta infração.
- i. Multa de 10,0% (dez inteiros por cento) sobre o valor do contrato, pela inexecução parcial do contrato.
- j. Multa de 20,0% (vinte inteiros por cento) sobre o valor total do contrato, por inexecução total do contrato.

13.4. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a SP-URBANISMO será aplicada nos casos de descumprimento de natureza grave, dentre as quais:

- a. Reincidência de falta objeto de aplicação de multa.
- b. Subcontratação do objeto contratual, sem prévia previsão contratual.
- c. Descumprimento das condições contratuais que acarretem prejuízos à SP-URBANISMO.
- d. Descumprimento de obrigações trabalhistas e tributárias vinculadas à CONTRATADA.
- e. Quebra de sigilo contratual.
- f. Falhas grosseiras ou má qualidade na execução do objeto contratual.
- g. Ocorrência de comportamentos de risco à saúde e/ou a vida dos colaboradores vinculados ao contrato a funcionários da SP-URBANISMO ou a terceiros.
- h. Ocorrência de danos ambientais decorrentes de execução inadequada do contrato.

13.4.1. Enquanto perdurarem os efeitos da suspensão, a empresa apenas ficará impedido de participar de licitação e contratar com a SP-URBANISMO.

13.4.2. A pena de suspensão também poderá ser aplicada às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

- a. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.
- b. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.
- c. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação das sanções administrativas seguirá o procedimento abaixo:

- a. Manifestação do responsável pela fiscalização do contrato, esclarecendo as condições em que ocorreu a infringência contratual, bem como a indicação da penalidade a ser aplicada.
- b. Manifestação da Gerencia de Licitações e Contratos, após colher os elementos que entender pertinentes.

- c. Notificação da CONTRATADA, por meio de correio eletrônico ou carta, ambos com a comprovação de recebimento, que deverá ser juntado aos autos do processo de licitação, para que este se manifeste, no PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS, quanto aos fatos imputados, em sede de DEFESA PRÉVIA.
- d. O prazo para oferecimento da DEFESA PRÉVIA será contado a partir da data consignada no aviso de recebimento ou da confirmação de leitura ou recebimento de e-mail, excluindo-se o dia do recebimento e incluindo-se o do vencimento. Na impossibilidade de comprovação de recebimento da intimação, esta será feita por meio de publicação no Diário Oficial da Cidade (DOC).
- e. Decorrido o prazo para apresentação da DEFESA PRÉVIA, a Gerência de Licitações e Contratos relatará o processado, cotejando a imputação com as razões de defesa, se houver, e remeterá, após manifestação da unidade fiscalizadora, à Gerência Jurídica para análise e manifestação, que subsidiará a decisão ao Diretor Administrativo e Financeiro da SP-URBANISMO.
- f. Após publicação do Despacho autorizatório para aplicação da penalidade, a Gerência de Licitações e Contratos determinará a intimação mediante correio eletrônico ou carta, ambos com a comprovação de recebimento, para a interposição de RECURSO no prazo de 10 (DEZ) DIAS ÚTEIS.
- g. O prazo para oferecimento do RECURSO será contado a partir da data consignada no aviso de recebimento ou da confirmação de leitura ou recebimento de e-mail, excluindo-se o dia do recebimento e incluindo-se o do vencimento. Na impossibilidade de comprovação de recebimento da intimação, esta será feita por meio de publicação no Diário Oficial da Cidade (DOC).
- h. Decorrido o prazo para apresentação do RECURSO, a Gerência de Licitações e Contratos relatará o processado, cotejando a imputação com as razões de defesa, se houver e remeterá, após manifestação da unidade fiscalizadora, à Gerência Jurídica para análise e manifestação, que subsidiará a decisão do Presidente.
- i. Constatados os fatos e o inadimplemento, a sanção somente poderá deixar de ser aplicada em caso de força maior, caso fortuito ou motivo legalmente justificável.
- j. Para a dispensa da aplicação de penalidade é imprescindível expressa manifestação do responsável pela fiscalização da execução do contrato, esclarecendo os fatos que motivaram o inadimplemento, ou, no caso de força maior, que a contratada comprove, através de documentação nos autos, a ocorrência do evento impeditivo do cumprimento da obrigação, não bastando, em qualquer dos casos, a mera alegação da inexistência de prejuízo ao andamento dos serviços ou ao erário.
- k. Certificado o decurso do prazo para interposição de recurso ou após sua decisão pelo Presidente, mantida a decisão, deverá ser efetivada a quitação da multa.

13.6. As partes reconhecem que as multas são independentes e a aplicação de uma não exclui as outras.

13.7. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente.

13.8. As penalidades previstas levarão em conta a natureza e a gravidade dos fatos, as obrigações descumpridas e os desdobramentos decorrentes, observandose sempre o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**

##### **DA ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS**

14.1. Durante a execução do objeto contratual, os trabalhos que, a critério da SP-URBANISMO, não apresentarem as condições estabelecidas no contrato, serão rejeitados, e caberá à CONTRATADA todos os ônus e encargos da reparação, que deverá se efetivar, no máximo, dentro do prazo para tanto.

14.2. Caso a reparação não seja efetivada até o limite de prazo, a SP-URBANISMO estará autorizada a contratar terceiros para executar os reparos por conta da CONTRATADA e ingressar em Juízo com a competente ação de perdas e danos, tudo sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

14.3. Nenhum serviço fora das especificações constantes deste contrato será executado pela CONTRATADA, ainda que em caráter extraordinário, salvo com a concordância expressa da SP-URBANISMO, e conforme as condições previstas neste instrumento.

14.4. O recebimento definitivo só será concedido quando os serviços estiverem totalmente concluídos, em adequação aos termos contratuais, após vistoria que a comprove, especialmente a entrega da documentação que demonstre regularidade das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, ocasião em que será emitido o Termo de Recebimento Definitivo, sem prejuízo do disposto no artigo 618 do Código Civil Brasileiro.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA DA ANTICORRUPÇÃO**

15.1. Para a execução deste contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA DO CÓDIGO DE CONDUTA**

16.1. A SÃO PAULO URBANISMO possui um Código de Conduta e Integridade o qual reflete a atuação desta empresa à luz dos deveres e regras básicas da governança corporativa, ética, eficiência, respeito e da integridade que deverá ser do conhecimento da CONTRATADA e de todos os prestadores de serviço relacionados a este contrato, através do link: [Microsoft Word - codigo\\_conduta\\_spurbanismo\\_revisado \(6\).docx \(prefeitura.sp.gov.br\)](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA DA MATRIZ DE RISCO**

17.1. Na hipótese de ocorrência de um dos eventos listados no ANEXO VIII – MATRIZ DE RISCO, que integra o presente edital, a CONTRATADA deverá, no prazo de 01 (UM) DIA ÚTIL, comunicar formalmente o ocorrido.

17.1.1. A descrição deverá conter as seguintes informações, sem a elas se restringir:

- a. Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data da ocorrência e sua duração estimada.
- b. As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver.
- c. As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem.
- d. As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento.
- e. Outras informações relevantes.

17.2. Após a notificação, a SP-URBANISMO decidirá quanto ao ocorrido ou poderá solicitar esclarecimentos adicionais à CONTRATADA.

17.2.1 Em sua decisão a SP-URBANISMO poderá isentar temporariamente a CONTRATADA do cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo evento.

17.2.2. A concessão de isenção não exclui a possibilidade de aplicação das sanções previstas neste Contrato.

17.3. O reconhecimento pela SP-URBANISMO dos eventos descritos no ANEXO VIII – MATRIZ DE RISCO, que integra o presente edital, que afetem o cumprimento das obrigações contratuais, com responsabilidade indicada exclusivamente a CONTRATADA, não dará ensejo a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato, devendo o risco ser suportado exclusivamente por ela.

17.4. As obrigações contratuais afetadas por caso fortuito, fato do príncipe ou força maior deverão ser comunicadas pelas partes em até 01 (UM) DIA ÚTIL, contados da data da ocorrência do evento.



17.5. As partes não serão consideradas inadimplentes em razão do descumprimento contratual decorrente de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

17.6. As partes deverão acordar a forma e o prazo para resolução do ocorrido.

17.7. Avaliada a gravidade do evento, as partes, mediante acordo, decidirão quanto a recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato, salvo se as consequências do evento sejam cobertas por seguro.

17.8. O contrato poderá ser rescindido mediante as hipóteses previstas neste contrato.

17.9. As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos advindos dos eventos de caso fortuito, fato do príncipe ou força maior.

17.10. Os fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do contrato, não previstos no ANEXO VIII – MATRIZ DE RISCO, que integra o presente edital, serão decididos mediante acordo entre as partes, no que diz respeito à recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA DA PROTEÇÃO DE DADOS**

18.1. A CONTRATADA, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de dados pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD”), além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes da SP-URBANISMO. No manuseio dos dados a CONTRATADA deverá:

a. Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da SP-URBANISMO e em conformidade com esta cláusula, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar este fato, imediata e formalmente, à SP-URBANISMO;

b. Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais tratados, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.

c. Acessar os dados pessoais de acordo com as finalidades legalmente previstas, garantindo que os dados pessoais não possam ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da SP-URBANISMO;

d. Assegurar que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da SP-URBANISMO assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à SP-URBANISMO;

e. Treinar e orientar a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados;

f. Auxiliar a SP-URBANISMO com as suas obrigações judiciais ou administrativas aplicáveis que sejam relacionadas ao presente instrumento, fornecendo informações relevantes disponíveis e qualquer outra assistência para documentar e eliminar a causa e os riscos impostos por quaisquer violações de segurança.

18.2. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da SP-URBANISMO, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações, salvo nas hipóteses previstas no art. 7º da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

18.3. Quando da realização das atividades de tratamento de dados pessoais, inclusive daqueles considerados sensíveis, a CONTRATADA executará o objeto deste contrato de forma a observar, em especial, os princípios da finalidade, adequação, necessidade, livre acesso, qualidade dos dados, transparência, segurança, prevenção, não discriminação, responsabilização e prestação de contas.

18.4. Caso a CONTRATADA seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente à SP-URBANISMO para que esta adote as medidas que julgar cabíveis.

18.5. Durante a vigência deste contrato, a SP-URBANISMO poderá recusar a adoção de procedimentos internos da CONTRATADA relacionados a execução do objeto pactuado que eventualmente contrariem ou que visem a frustrar os direitos, deveres, fundamentos, princípios ou os objetivos constantes dos instrumentos legais e regulamentares sobre

a proteção dos dados pessoais, podendo emitir instruções à CONTRATADA com vistas a garantir o exato cumprimento da LGPD.

18.6. A CONTRATADA deverá notificar a SP-URBANISMO em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

- a. Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela CONTRATADA, seus funcionários, ou terceiros autorizados;
- b. Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da CONTRATADA.

18.7. A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à SP-URBANISMO e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste instrumento quanto à proteção e uso dos dados pessoais.

18.8. A SP-URBANISMO terá o direito de acompanhar, monitorar, auditar e fiscalizar a conformidade da CONTRATADA com as obrigações de Proteção de dados pessoais, sem que isso implique em qualquer diminuição da responsabilidade que a CONTRATADA possui em decorrência da LGPD e deste instrumento.

18.9. As obrigações previstas neste instrumento atenderão ao disposto no art. 7ª, incisos III e X, § 3º, da Lei Federal nº 13.709/2020 e o Decreto Municipal nº 59.767/2020.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA

### DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro Privativo das Varas da Fazenda Pública, nesta Capital, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas deste Contrato, devendo a parte vencida pagar à vencedora as custas, as despesas extrajudiciais e demais cominações legais e contratuais eventualmente cabíveis.

E por estarem assim acordadas, após lido e achado conforme, firmam as partes este contrato de igual teor, perante 02 (duas) testemunhas instrumentárias.

São Paulo, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

#### Pela SP-URBANISMO

**Pedro Martin Fernandes**  
Presidente

**Waldir Agnello**  
Diretor de Gestão Corporativa

#### Pela CONTRATADA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX (Nome)  
XXXXXXXXXX (cargo)

**TESTEMUNHAS**

1ª TESTEMUNHA

2ª TESTEMUNHA


**ANEXO X  
PLANILHA ORÇAMENTÁRIA**

À  
SÃO PAULO URBANISMO

**EDITAL DE LICITAÇÃO nº 031/SP-URB/2024**

**PROCESSO SEI Nº 7810.2024/0001852-9**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O APOIO AO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA(EVTE) DAS INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS E ELETIVAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA VILA LEOPOLDINA - VILLA LOBOS (AIU-VL)

 <b>CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O APOIO AO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA (EVTE) DAS INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS E ELETIVAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA VILA LEOPOLDINA VILLA LOBOS (AIU-VL)</b>					
<b>PLANILHA ORÇAMENTÁRIA</b> <b>DATA BASE: JULHO/2024 (Valores com BDI)</b>					
RESUMO GERAL					
GRUPO	DISCRIMINAÇÃO				PREÇO (R\$)
1	ESTUDO PRELIMINAR INTERVENÇÕES				R\$ -
2	ESTUDO DE ECONOMIA URBANA (VALOR DE TERRENOS)				R\$ -
<b>PREÇO TOTAL</b>					<b>R\$ -</b>
ITEM	ORIGEM	CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	UN.	QUANT.
<b>1 ESTUDO PRELIMINAR INTERVENÇÕES</b>					
<b>1.1 RELATÓRIO DE VISTORIA</b>					
1	SIURB INFRA	16001001	RELATÓRIO DE CONSULTA PRÉVIA (LEVANTAMENTO PRELIMINAR)	H	1,00
<b>1.2 RELATÓRIO DE CONSTRUÇÃO DE HIS</b>					
<b>1.2.1 CONSTRUÇÃO DE HIS</b>					
1.2.1	EDIF	20003060	PROJETO BÁSICO (PRANCHA A1)	UN.	5,00
	SIURB/INFRA	16001098	RELATÓRIO DO PROGRAMA DE DESAPROPRIAÇÃO (ENTREGA ÚNICA)	UN.	1,00
<b>1.2.2 GESTÃO SOCIAL E CONDOMINIAL</b>					
1.2.2	SIURB INFRA	1110	ENGENHEIRO CIVIL/ ARQUITETO CONSULTOR - 20 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	H	10,00
<b>1.2.3 REVITALIZAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE CONJUNTO HABITACIONAL</b>					
1.2.3	SIURB INFRA	1110	ENGENHEIRO CIVIL/ ARQUITETO CONSULTOR - 20 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	H	30,00
<b>1.3 CONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO DE VIA PÚBLICA</b>					
1.3	SIURB/INFRA	16-001-058	MOBILIZAÇÃO DE EQUIPE E EQUIPAMENTOS – AMOSTRAGEM	UN.	1,00
	COTAÇÃO	-	RELATÓRIO PROJETOS VIÁRIOS 0 a 5000M	UN.	1,00
	SIURB/INFRA	16-001-047	ESTUDO AMBIENTAL SIMPLIFICADO (EAS)	UN.	1,00
<b>2 ESTUDO DE ECONOMIA URBANA (VALOR DE TERRENOS)</b>					
2	EDIF	20003008	ENGENHEIRO CIVIL/ ARQUITETO CONSULTOR - 20 ANOS DE EXPERIÊNCIA (SGSP)	UN.	30,00
ELABORADO POR:			<b>PLANILHA ORÇAMENTÁRIA</b>		VERIFICADO POR:
<b>DIP - NPM 18/11/24</b>					

**ANEXO XI  
CRONOGRAMA**

À  
SÃO PAULO URBANISMO

**EDITAL DE LICITAÇÃO nº 031/SP-URB/2024**  
**PROCESSO SEI Nº 7810.2024/0001852-9**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O APOIO AO ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA E ECONÔMICA(EVTE) DAS INTERVENÇÕES OBRIGATÓRIAS E ELETIVAS DA ÁREA DE INTERVENÇÃO URBANA VILA LEOPOLDINA - VILLA LOBOS (AIU-VL)

Período	Atividades	Produto
30 dias	Definição de metodologia e organização da equipe	(-)
	Levantamento inicial de dados e custos das intervenções obrigatórias	Início do <b>Produto I:</b> Levantamento de Custos (Programa de Intervenções Obrigatórias)
	Finalização do levantamento de custos para intervenções obrigatórias	Conclusão do <b>Produto I:</b> Levantamento de Custos (Programa de Intervenções Obrigatórias)
	Início do levantamento de custos para intervenções eletivas	Início do <b>Produto II:</b> Levantamento de Custos (Programa de Intervenções Eletivas)
15 dias	Finalização do levantamento de custos para intervenções eletivas.	Conclusão do <b>Produto II:</b> Levantamento de Custos (Programa de Intervenções Eletivas)
	Início da Projeção de Custos Comparativos ao Previsto	<b>Produto III:</b> Projeção de Custos Comparativos ao Previsto (concluído)
	Início dos Estudos de análise e impactos ambientais	Início do <b>Produto IV:</b> Diretrizes ambientais e de economia urbana
	Conclusão dos Estudos de análise ambiental e de economia urbana	Conclusão do <b>Produto IV:</b> Diretrizes ambientais e de economia urbana
	Consolidação e revisão dos dados para o Relatório Final	Conclusão do <b>Produto V:</b> Relatório Final com Conclusões e Recomendações



**Dayana de Siqueira Dalbello**  
**Assistente Administrativo de Gestão**  
 Em 03/12/2024, às 16:24.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **115467166** e o código CRC **0A7C0584**.